

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

**PROCESSO: 2016/028213**

**RECORRENTE: EMERITO SOUZA PEREIRA**

**RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT**

**AUTO DE INFRAÇÃO: R000307582**

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.**

**EMENTA: Infração do Art. 218, I do CTB -  
transitar em velocidade superior à máxima  
permitida em até 20%. Mera Arguição de Fatos.  
AIT regular. Recurso CONHECIDO e NÃO PROVIDO.**

**Relatório**

Trata-se de recurso interposto pelo proprietário legal do veículo, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº **R000307582** por ultrapassar a velocidade máxima permitida em até 20%, na data de 08/09/2016, na Rod. BA512 Km 48, na cidade de Camaçari/BA.

De plano, o Recorrente sustenta que faz o percurso da rodovia BA512, alegando ainda que sempre nunca ultrapassou a velocidade regulamentar da via, no entanto, supõe que foi indevidamente autuado pelo órgão autuador, levantando a hipótese de não funcionamento do equipamento que flagrou a infração.

O Recorrente junta a documentação necessária a análise de suas argumentações, pois apresentou cópia do CRLV, CNH e supostas fotos do local da infração.

Pede que o arquivamento do Auto de Infração, desconsiderando a pontuação no seu prontuário, bem como requer a devolução do valor da multa que alega ter efetuado o pagamento.

Instruído o processo com cópia da NIP, Relatório do Auto de Infração – Extrato e espelho da Auto de Infração de Trânsito, coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso.

É o relatório.

**Voto**

Analisando os autos e as razões recursais, vê-se que o condutor nega o cometimento da infração, sustentando que não transita na rodovia onde foi autuado em velocidade acima da permitida, suscitando defeito do equipamento de fiscalização de trânsito.

Em que pese acoste fotos obtidas supostamente na rodovia em que foi autuado, o documento por si só não avigora o cotejo fático das razões recursais, primeiro por não ser possível, apenas com a juntada da aludida fotografia supor que se trata de foto obtida na rodovia BA512, km 48, remanescendo apenas meras alegações de fato do Recorrente que não tem o condão de afastar a presunção de veracidade atribuída ao ato administrativo pela lei.

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

Tal premissa leva em consideração, justamente, pelo fato que é inquestionável, acerca da regularidade de funcionamento do equipamento detector RADAR/FISCAL TECH FICBN0022, Selagem INMETRO nº 1692130, tendo o agente autuador de matrícula 47.420.830-7 ratificado o cometimento da infração que ocorreu em 08/09/2016, às 7h52, estando o equipamento de fiscalização com aferição de seu funcionamento regular, conforme laudo de aferição do INMETRO disponível na sede do órgão autuador, que informa validade de 05/03/2016 a 05/03/2017, o que endossa a regularidade da infração, pois inexistente qualquer defeito no equipamento.

Isto posto, verifico que as razões recursais NÃO corroboram com as pretensões do Recorrente, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando por **IMPROVIDO**, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº **R000307582** válido, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração.

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000307582**, pelas razões de direito aqui expostas.

Sala das Sessões da JARI, 12 de fevereiro de 2019

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício - Relator

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – Presidente

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular

Maria Fernanda Cunha – Secretária